GT – "22": "Urbanização e cidades na era digital: desigualdades e resistências"

ANÁLISE DOS PROCESSOS SOCIOESPACIAIS EM CHAPECÓ-SC, ATÉ A PERIFERIA

LOTEAMENTO E CONDOMÍNIO EXPOENTE, EM UMA EXPLORAÇÃO DO ONLINE E OFFLINE

Autor: George Felipe Sanches
Filiação institucional: Universidade Estadual Paulista
E-mail: gf.sanches@unesp.br

RESUMO: A cidade contemporânea apresenta relações e mudanças difusas que promovem desigualdades socioespaciais, incluindo a segregação e a tendência fragmentária, em meio à reestruturação urbana. Focando em Chapecó-SC e no Loteamento Expoente do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), torna-se essencial analisar essas transformações urbanas através de uma revisão bibliográfica e conceitual. Essa abordagem permite uma compreensão das dinâmicas dos moradores, considerando suas práticas espaciais tanto online quanto em entrevistas presenciais. Além disso, destaca-se a importância de analisar as lógicas socioespaciais subjacentes e a fragmentação urbana, especialmente em contextos de insuficiências estruturais e influências neoliberais. Para tanto, é explorado por meio da metodologia da Netnografia, adaptada para o projeto FragUrb, utilizada para explorar as redes sociais online e as relações/interações entre os moradores na (re)produção das práticas espaciais e da vida cotidiana, contribuindo com novas ferramentas para a pesquisa geográfica, especialmente em cidades médias.

Palavras-chave: Geografia Urbana; Netnografia; Fragmentação Socioespacial

1. INTRODUÇÃO

A cidade contemporânea traz consigo um conjunto de relações e mudanças, em diferentes ritmos, de maneira difusa e dispersa (Sposito, 2013), promotora de desigualdades

alinhadas à lógicas socioespaciais, entre elas o processo de segregação socioespacial, conjuntamente a periferização da habitação urbana, alinhadas a reestruturação urbana.

Diante disso, torna-se essencial contextualizar as transformações contemporâneas na cidade sob o foco de estudo, no caso, Chapecó-SC. Ao explorar tais transformações urbanas e na cidade (Calixto, 2022; Cancelier e col. 2015; Brito, Catalão, 2021; Nascimento, Vilella, 2015) com foco nos processos socioespaciais relacionados à implementação com base no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)[1], do Loteamento Expoente, se faz necessário uma revisão conceitual e bibliográfica alinhada com resultados coletados online e in-loco. Essa abordagem nos direciona a uma compreensão mais precisa das dinâmicas dos moradores no bairro, a partir de temáticas e manifestações cotidianas tanto nas interações online quanto por meio de relatos de entrevistas, que envolvem suas práticas espaciais.

Dessa forma, buscamos contextualizar e analisar as lógicas socioespaciais subjacentes, com especial atenção para o processo de fragmentação (Morcuende, 2021; Legroux, 2021). A urbanização contemporânea, promotora de novas formas da produção do espaço, sobretudo, neste caso através dos empreendimentos habitacionais, vão em direção a uma também neoliberalização global, ou urbanização planetária (Brenner, 2018). Este processo se aproxima dos rearranjos estruturais promovidos pelo poder público na produção do espaço, onde são presentes insuficiências relacionadas às infraestruturas básicas, como relacionados a (in)segurança, asfaltamento, iluminação pública, acessos básicos como saneamento e serviços e mobilidade, como oferta de transporte coletivo ou público. Alinhados aos pressupostos do direito à cidade, (Lefebvre, 2006; Catalão, 2019), diante do contexto, onde os moradores enfrentam problemas relacionados às ausências ou insuficiências estruturais, ao mesmo tempo em que se vê perpetuar as lógicas neoliberais de produção do espaço urbano, favorecendo o mercado e seu discurso, que também acomete, em uma individualização que influencia as ações e resoluções dos mesmos na vida cotidiana.

Tal desenrolar teórico, se consolida no estudo, através dos esforços metodológicos que conciliam as relações registradas pelos moradores no online, e presencialmente, tendo como objetivo também, consolidar uma adaptação metodológica para estudos em contextos e

[1] As políticas públicas habitacionais, na agenda do Estado brasileiro, se consolidam por diferentes rearranjos, tendo uma intensificação com o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida no ano de 2009, com a produção em massa de habitações, padronizadas, e segmentadas por diferentes faixas de renda, como bem retoma Melazzo (2016, p. 94-95).

recortes semelhantes. De tal forma, a opção pela metodologia da Netnografia (Bernardes, 2021; Kozinets, 2014) surge das explorações da mesma, em desenvolvimento, nos estudos vinculados ao Projeto Temático intitulado "Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos - FragUrb", onde foi adaptada de forma que atende a uma específica aquisição de dados e informações para contribuir de maneira a dar novas ferramentas complementares à pesquisa na Geografia, destacado pelo intenso processo de plataformização contemporânea promovida pela popularização do acesso tecnológico e informacional. Sendo utilizada, no presente caso, para explorar as redes sociais online, através das relações e interações, sob recorte das cidades médias envolvidas (Góes, 2023) no projeto FragUrb (Sposito, 2022), onde adaptada às suas nuances e especificidades. Por outro lado, neste percurso exploratório, ainda que de forma tímida, as enquetes aplicadas in loco fundamentam a análise de como a internet e as plataformas digitais influenciam as práticas espaciais dos moradores do empreendimento, especialmente em seus desdobramentos desde a sua implantação, sem deixar de desconsiderar os processos socioespaciais em curso, concomitantemente sobre o avanço do neoliberalismo desde a escala global, e que se materializa também, na escala local.

2. O EXPOENTE… E A NETNOGRAFIA NO FACEBOOK

O recorte exploratório, foi dado através do Condomínio e Loteamento Expoente, em Chapecó-SC, uma das cidades médias estudadas no temático (Góes, 2023), implantado em 2014, e que se trata de um empreendimento de interesse social por parte do Programa Minha Casa, Minha Vida, que engloba o plano analitico para compreender as transformações na produção e consumo da habitação, a partir da avaliação da habitação de interesse social (Sposito, 2022), diante das dinâmicas imobiliárias. Bem como, dito anteriormente, o objetivo é explorar os processos socioespaciais alcançados a partir das práticas cotidianas e espaciais dos moradores, sob a metodologia da Netnografia e o trabalho em campo, com entrevistas.

A cidade de Chapecó, no oeste de Santa Catarina, é uma cidade de porte médio, e capital regional B (IBGE, 2021), destacando-se como a maior e mais influente na região que abrange diversas cidades menores do sudoeste do Paraná ao norte do Rio Grande do Sul. Com uma população estimada de 227.587 pessoas (IBGE, 2021), a urbanização crescente desde os anos 1970 concentrou a maioria da população na cidade. Inicialmente centrada na extração

madeireira, Chapecó transitou para a agroindústria, moldando sua estrutura urbana e econômica.

O Empreendimento PMCMV do Expoente, está localizado a aproximadamente 5 quilômetros do centro da cidade, encontra-se praticamente isolado do restante do tecido urbano. Sua conexão com o centro é feita por meio de uma extensa avenida ao bairro Progresso, o qual inclui os empreendimentos Loteamento Expoente e Condomínio Expoente I, II, III e IV, formando um conglomerado contínuo. O Loteamento Expoente, de porte menor, em relação à média dos demais empreendimentos do PMCMV estudados pelo projeto, possui 134 casas térreas, enquanto o Condomínio Expoente conta com 336 habitações pavimentadas em apartamentos (Sishab, 2020). Esses empreendimentos integram o Programa Minha Casa, Minha Vida, Faixa 1, de habitação de interesse social em Chapecó-SC, juntamente com outros projetos similares, como o Loteamento Monte Castelo, situado a cerca de 500 metros de distância, ambos localizados na região sul da cidade (FIGURA 1).

Figura 1 - Mapa do Condomínio e Lot. Expoente em Chapecó (SC**)**

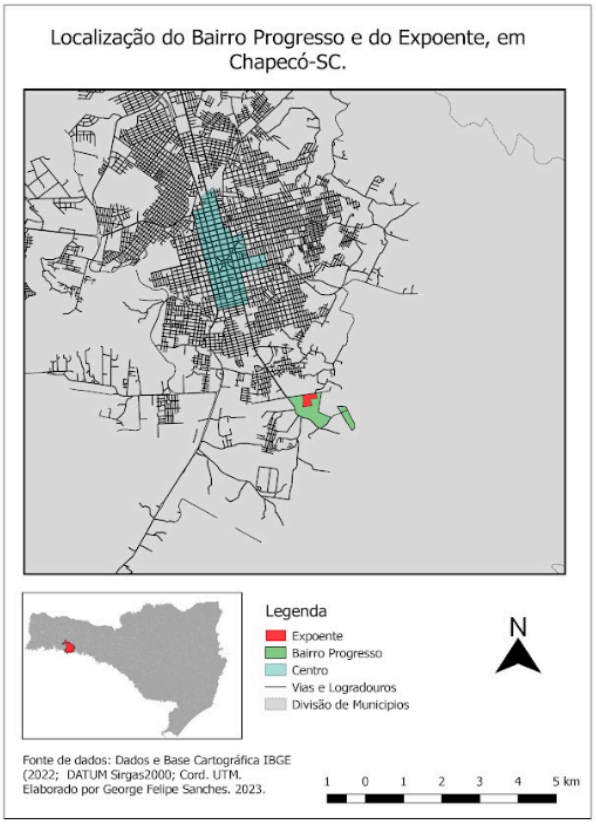


Figura 2 - Foto das casas no Bairro Expoente

Fonte: próprio autor. 2023.

O processo de segregação socioespacial, neste caso, se ressalta pelo concentração de novos conjuntos habitacionais de interesse social ao sul da cidade, distante do centro e com baixa acessibilidade, dada a ausência de serviços essenciais próximos, como educação, hospitais, e também a limitação da mobilidade, havendo poucos ponto de ônibus e que operam em horários pontuais, bem como a falta de comércio e serviços próximos, fazendo com que haja um baixo dinamismo econômico-social[2].

O conceito de segregação socioespacial, segundo Sposito (2013), está ligada ao rompimento de relações e a imposição de uma hierarquia espacial, separação espacial radical no urbano e que dificulta as relações nele presente. Tal forma de produção do espaço urbano, em maior evidência, em sua sobreposição de processos, atende a uma segregação que complexifica o processo de estruturação, regida pelo aspecto econômico. Assim como apresentado por Catalão (2019), de uma urbanização enquanto expressão do processo do desenvolvimento capitalista que tem como um de seus motores o mercado imobiliário, ocasionando desigualdades – mesmo que, nesse caso de pesquisa, dado através de um empreendimento privilegiado pelo poder público. Desta forma, para entender as cidades, é também crucial considerar o mercado imobiliário, que atua como um espaço econômico dedicado à valorização contínua do capital e a valorização dos investimentos. Os agente produtores do espaço urbano, passam a serem empresas e donos de terras, junto do poder público, que atuam em função de interesses econômicos, por meio dos vetores de expansão e valorização imobiliária (Barcella, Melazzo, 2020), ao qual configuram a produção do espaço urbano, e proeminentemente surgem empreendimentos de residenciais fechados, designando uma autossegregação, ao passo que, os empreendimentos destinados a habitação popular, são localizados num espectro oposto espacial, e geralmente carregados de problemáticas, dado a distância às centralidades da cidade, onde se concentram as funções e serviços.

> Em outras palavras, trata-se de uma “segregação programada” no dizer de Lefebvre (2001), processo em que se impõe, através da ação direta do Estado,um ordenamento espacial voltado aos interesses das classes dominantes. (Nascimento; Villela, 2015, p. 115)

[2] A critério de contextualização, o empreendimento desde sua implementação sofre por diversas problemáticas relacionadas a insuficiência de infraestruturas, acessos e segurança, e através de reivindicações populares, conseguiu-se algumas melhorias, como trazido posteriormente. Tal cenário contribuiu para que beneficiários desistissem dos imóveis, os quais se vagaram ou foram ocupados irregularmente por outras pessoas.

Para isso, este artigo é fundamentado em uma revisão bibliográfica e na análise das recentes transformações urbanas em Chapecó, embora não de forma exaustiva. O objetivo maior é proporcionar uma análise exploratória, utilizando dados coletados in loco por meio de enquetes e entrevistas, como se tem feito em algumas pesquisas relacionadas aos estudos do PMCMV, mas com a ênfase de se apoiar na exploração das ações também a partir do online, por meio da metodologia da Netnografia (Kozinets, 2014; Bernardes, 2021), ao explorar ações registradas por meio de comunidades online, coletando as interações proporcionadas pelos moradores do empreendimento, orientando uma natureza qualitativa para pesquisa.

Assim, vale contextualizar que a pesquisa que busca analisar as relações virtuais[3] pode seguir dois caminhos metodológicos principais: a Netnografia e a Etnografia Virtual. Embora sejam termos distintos, ambas abordagens se diferenciam apenas pela forma como os dados são coletados, seja a partir de informações publicamente disponíveis ou pela imersão em grupos e comunidades virtuais privadas. Desta forma, o direcionamento da pesquisa depende das escolhas feitas pelo pesquisador, levando em conta o objeto de estudo, os participantes envolvidos e as decisões que moldam o processo investigativo. Essas decisões impactam a natureza da pesquisa, que pode ser orientada de forma quantitativa ou qualitativa, permitindo uma abordagem mista.

Dessa forma, utilizando dados mais qualitativos, a Netnografia foi aplicada na plataforma do Facebook[4], onde se encontraram diversos registros relacionados ao bairro, por meio de palavras-chave associadas ao Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Isso possibilitou a análise das interações dos moradores, e a compreensão das dinâmicas precedentes e complementadas às explorações presenciais. Nesse sentido, o próprio recorte de pesquisa já nos indicava qual rede social online deveríamos nos atentar, ou seja, a que mais havia interações relacionadas ao empreendimento, promovidas por perfis de moradores,

[3] Uma vez que se trata de uma literatura ainda recente, especialmente na Geografia, o empregamento das expressões “online” e “virtual” costumam ser mais terminológicas do que conceituais. Portanto, no contexto deste estudo, opta-se por evitar o uso específico desses termos, considerando também sinônimos.

[4] Através de critérios como a concentração e a intensidade de ações e interações, delimitou-se a rede social adequada para a Netnografia, especificamente a plataforma Facebook, especialmente pelos seus diversos grupos de moradores da cidade de Chapecó. Selecionaram-se as interações promovidas por moradores do Expoente ou relacionadas a ele, para que fosse possível, em campo, aprofundar tais redes. Em ambos os casos, foram considerados os dados publicamente disponíveis e os dados obtidos pela inserção em grupos e comunidades virtuais nas redes sociais online.

permitindo destacar as dinâmicas relacionadas ao cotidiano, como as esferas do habitar, trabalho, mobilidade e consumo, diante do contexto de implentação do PMCMV na cidade.

3. AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM CHAPECÓ

Assim como introduzido anteriormente, o empreendimento de função social do Loteamento e Condomínio Expoente, surge para suprir um déficit habitacional na cidade, assim, por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida, qual busca viabilizar a produção imobiliária para camadas de renda mais baixa, e que é implementados longe dos centros e serviços urbanos e áreas privilegiadas, encontrando-se próximo a uma descontinuidade do tecido urbano, de tal forma, segregado do restante da cidade.

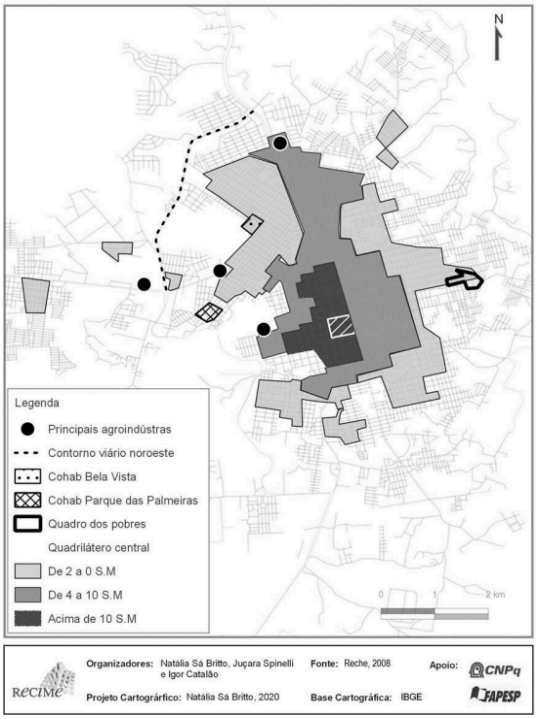
Para tanto, antes de explorar os resultados do recorte de pesquisa, faz-se necessário neste tópico, uma revisão bibliográfica, que contextualize as transformações urbanas, e, na cidade de Chapecó (SC), embora não esgote o tema e seja cabível de extensas e profundas explorações. Visando perpassar o processo nas nuances que permeiam as lógicas e racionalidades subjacentes. Estas desempenham um papel crucial na determinação das transformações que envolvem o conjunto habitacional e as problemáticas identificadas, significando os resultados obtidos através da Netnografia e das entrevistas com os moradores.

Ao observar as mudanças recentes nas formas de produção do espaço urbano em Chapecó (SC), até a consolidação do Expoente, diante de elementos relacionados a um processo de segregação socioespacial, em relação ao restante da cidade, é possível traçar uma recapitulação – quase que simultâneos, a partir dos anos 2000 – do que rege tais produções do espaço, tratando-se de racionalidades econômicas, ditadas para extração do lucro através da renda imobiliária e da terra, que nos ajuda a compreender tais transformações. Como destaca Nascimento e Villela (2015) ao dissertar sobre a segregação socioespacial em Chapecó, o papel das instituições de Estado, cooptadas pelos agentes econômicos e classes dominantes, contribuem de modo significativo para tal processo de desigualdade espacial, por diferentes classes. Desta forma, na cidade, o centro que possui historicamente uma grande referência aos comércios e serviços e alto padrão residencial, ao modelo padrão centro-periferia, predominante nas cidades latino-americanas (Hiernaux; Lindón, 2004), que passa a se reconfigurar, com a expansão a partir dos anos 2000, em empreendimentos de comércio e serviços, embora envolvam ainda mais interesses de natureza fundiária e imobiliária, quando

Cancelier e col. (2015, p. 730) destaca que a cidade passa ser caracterizada “pelas novas dinâmicas socioeconômicas e espaciais a que o espaço urbano está submetido, principalmente com a entrada de novos agentes produtores e mobilizadores do espaço e do território como a Havan, o Big e o Shopping Pátio Chapecó”. Sendo novas definições do papel do centro e das novas configurações urbanas, a partir dos anos 90. Tal forma que, a lógica não se restringe à metrópole, que com as transformações das funções urbanas, na reestruturação urbana, no Brasil, a difusão de Shopping Centers (Maia; Silva; Whitacker, 2017), assumem um papel decisivo na redefinição do papel do centro, e na produção de cidades agora policêntricas, aos moldes estadunidenses, com múltiplas centralidades e funções, e subcentros de comércio e serviços, e também sob a estratégia de expansão e incorporação de rendas, fundiárias e imobiliárias, extraídas da especulação, sob a racionalidade da atuação dos agentes econômicos que representam o capital, que também, se transmuta nesse contexto.

Historicamente, dada a forte agroindústria na cidade de Chapecó (SC), a expectativa e busca por trabalho na cidade até por volta dos anos 80, o que promoveu a constituição de vilas operárias e áreas de ocupação irregular da cidade (Brito, Catalão, 2021). O processo de urbanização que culmina nas periferias, geométricas, se dá a partir da lógica centro-periferia, evidenciada espacialmente, e nas desigualdades de políticas públicas, ligado ao que se assemelha à espoliação urbana (Kowarick, 1979) e às transformações correlatas e a tal modelo, dual do tecido social urbano. Nesse contexto, trata-se de uma expansão urbana que se relaciona a reprodução das urbanizações populares.

Figura 3 - Mapa de distribuição da população em Chapecó (SC) segundo a renda e os principais usos do solo em 1980



Fonte: extraído (SÁ BRITO, CATALÃO, 2021).

Na figura 3, é possível visualizar, por rendimento mensal, a relação entre centro e as áreas ocupadas mais a margem, nos anos 80, bem como em destaque a agroindústria, que possui um papel fundamental na (re)configuração urbana da cidade, e nos processos recentes desencadeados na cidade. Pois com a intensa migração à cidade, se destaca nesse processo a responsabilização individual dos trabalhadores, sobre a sua moradia, e consequentemente outras camadas, como mobilidade, trabalho, regendo o espaço urbano às condições econômicas, promovem o afastamento dos trabalhadores em relação às áreas mais centrais, os relegando às periferias, desprovidas de infraestrutura e serviços. Para tanto, destaca-se a mudança nas condições para habitação e mobilidade cotidiana para acesso ao trabalho, lazer e consumo, por parte do grupo social vulnerável socioeconomicamente, de trabalhadores e migrantes, como ocorrido em 1965, onde “estas populações pobres foram despejadas pela colonizadora (com anuência do poder público) para uma área isolada da malha urbana, ligada a esta apenas por trilhas, situada a cerca de três quilômetros a leste do perímetro urbano” (Nascimento, 2017, p. 114) hoje denominado bairro São Pedro (indicado como “Quadro dos pobres”, na legenda da figura 3).

Tal processo, de dispersão urbana e demográfica, alinhada às lógicas produtivas industriais, se dá, indispensavelmente, pela transformação contínua da terra rural, fundiária, em potencial terra urbana. Ou seja, a forma em que a cidade se organiza, está ligada à divisão social do trabalho, em interesse do capital, o quais são agentes produtores da cidade. Assim, torna-se importante ter em vista que, para a "perpetuação" dessa lógica, de desigualdade produzida sobre espaço e tempo, dos diferentes grupos sociais, levando a uma diferenciação espacial que marca o processo de estruturação da cidade, fator fundamental foi a antecipação em relação a apropriação de terrenos por parte de grupos privados, onde as ações provindas do poder público, fossem induzidas por tal configuração, promotora da especulação por meio de vazios urbanos – e posteriormente em novas centralidades. A partir disso, esse modelo centro-periférico que se fez predominante – sobretudo em São Paulo – até por volta da década de 80/90, é sucedido por uma sobreposição promovida pelas transformações do espaço urbano, onde surgem diferentes grupos sociais ocupando espaços não mais tão próximos ao centro da cidade, e separados por muros e grades, como enclaves fortificados (Caldeira, 2000). Conforme observado por Calixto (2022) ao analisar tal processo de conformação de novas periferias em Chapecó por empreendimentos de habitação social, a partir das mudanças na legislação e no plano diretor da cidade, fica evidente um direcionamento nas transformações das formas urbanas, especialmente na expansão em direções leste e oeste.

Seguindo Legroux (2021), que ratifica, com a nova razão do mundo (Dardot e Laval, 2016) e dos valores e crenças de mercado na sociedade, "a globalização, neste sentido, também redefine a divisão social do trabalho, levando a uma "redefinição da lógica de [re]estruturação das cidades que se articula a mudanças nos papéis exercidos por elas, como parte da reestruturação urbana em curso" (Sposito e Góes, 2013, p. 296).", desta forma a para o autor, a reestruturação urbana, que passa para evidenciar tendencialmente uma lógica fragmentária, pode constatada em três pontos importantes: a) A influência do mercado imobiliário sobre o poder público local (o poder público passa a incidir sobre as localidades preferenciais para a realização de conjuntos habitacionais populares, longes do centro e áreas valorizadas pelo mercado imobiliário); b) A importância dos automóveis (que permitem uma maior mobilidade para aqueles que possuem o poder aquisitivo de obtê-los, na medida em que passam então a poder se autosegregarem) e c) A formação de novas configurações urbanas, distantes dos modelos tradicionais, como centro-periferia, evidenciadas a partir dos vazios

urbanos, deixados pela implementação dos mesmo empreendimentos que evidenciam o processo de segregação socioespacial, que por sua vez, são terrenos "férteis" ao mercado, que passa especula-los, na medida em que se privilegia das políticas públicas e políticas urbanas, sobretudo infraestruturais. Tais processos são determinantes na reestruturação da cidade, e recorrem de maneira semelhante em Chapecó (SC) quando no caso dos condomínios de luxo, localizados no bairro Campestre, um pouco mais a sul dos empreendimentos do PMCMV supracitados. Assim, em suma, a lógica centro-periferia é marcada pela conformação de áreas hierarquizadas e segregadas, inicialmente ocorrida na cidade, que se sobrepõe a lógica fragmentária, por sua vez, ligada à enclaves com características de exclusão e separação (Morcuende, Legroux, 2023).

Assim como os padrões de habitações apresentados no Loteamento e Condomínio Expoente, com apartamentos pequenos, em sua dispersão à sul da cidade, é possível nos atentar às novas configurações urbanas, como o surgimento de novas periferias, por Hiernaux e Lindón (2015, p. 36), dialogando com Duhau (2011), constatam uma produção fordista de habitações, representando uma mudança profunda na produção de habitação periférica. De forma que, as áreas periféricas da cidade, sejam ocupadas por grupos sociais mais vulneráveis economicamente, como empreendimentos de conjuntos habitacionais de baixa renda. Logo, os quais não possuem o poder de decisão em relação à habitação, e que se beneficiam de programas destinados a tal demanda, e ocorrem em condições de segregação forçada, em relação ao centro e ao restante da cidade, em face, principalmente, dos interesses e especulativos de grupos privados, detentores dos terrenos urbanos, e que vão em direção a lógica privada. Assim como o "espraiamento do tecido urbano na direção oeste, com a implantação de loteamentos próximos às agroindústrias" (Calixto, 2022, p. 7).

Nascimento e Vilella (205, p. 138), ao analisarem as mudanças urbanas e sociais na cidade ao longo das últimas décadas, ressaltam que

> [...] a produção do espaço urbano chapecoense priorizou, em quase toda sua história, a valorização da terra e do espaço construído em detrimento da função social da propriedade e da promoção do direito à cidade para a ampla maioria de sua população [...]

Essa lógica, intimamente ligada à agroindústria, atua na configuração da cidade segregada, nos empreendimentos destinados à função social da habitação, além de favorecer a

autosegregação de grupos sociais com poder aquisitivo em residenciais fechados. Em direção a uma homogeneidade nas condições de vida, diferenciadas por classes, que é almejada como ideal em contraposição à habitação popular, a qual é frequentemente reforçada por um forte estigma, sendo vista como inadequada. Uma idealização dos modos de habitação, a qual, o mercado imobiliário e a financeirização da habitação atuam em detrimento de uma acumulação voraz, seja no Brasil, onde o marco da propriedade formal acarreta em compromissos financeiros para os grupos vulnerabilizados socioeconomicamente. Os agentes econômicos, então, produzem o espaço urbano de maneira fragmentada, ainda que, trata-se de um processo global, insurgem na esfera da vida cotidiana (Morcuende, Legroux, 2023), e é nesta escala em que o presente estudo se concentra, sobretudo através das explorações metodológicas que conciliam o online e o presencial.

4. APONTAMENTOS DA NETNOGRAFIA E ENTREVISTAS

As investigações realizadas por meio dessa metodologia indicaram o Facebook como a plataforma mais adequada para a pesquisa. Isso se deve ao fato de que ela continha postagens que, por meio de interações, refletiam as dinâmicas das práticas espaciais cotidianas dos moradores, além de reivindicações relacionadas à situação de moradia no empreendimento habitacional. Alinhando-se ao que aponta Kozinets (2014, p. 47), a netnografia deve estar intimamente conectada ao contexto da pesquisa, buscando "fornecer dados e análises que respondam de maneira eficaz às questões que você deseja investigar". Esse método proporciona uma abordagem única para compreender as interações e dinâmicas sociais que emergem no online, permitindo ao pesquisador captar nuances que seriam difíceis de observar em contextos tradicionais. Ademais, a metodologia não se restringe apenas à coleta de dados; ela envolve também uma imersão nas comunidades estudadas.

> […] a Netnografia não se trata de uma transposição para o virtual das formas de pesquisa presenciais e sim ela é um instrumental metodológico que permite estudos acurados das relações sociais virtuais e que, em muitos momentos, se confunde e complementa com os instrumentais tradicionais, tais como: a observação sistemática e participante, análise de conteúdo e de discurso, entrevistas, questionários etc. (BERNARDES, 2021, p. 26)

Assim, a coleta de dados resultou em uma amostra de 74 publicações e interações relacionadas ao Expoente, obtidas no Facebook – a plataforma que apresentou o maior

número de resultados visíveis. Devido às suas características de registro contínuo e às dinâmicas de anúncios e troca de informações, o Facebook se mostrou ideal para identificar as ações dos moradores e aspectos do bairro. Os posts foram coletados de acordo com os critérios de relevância (Kozinets, 2014; Bernardes, 2021) sobre a imersão do pesquisador através de keywords (palavras-chave) relacionadas ao bairro e a cidade, na busca. Esse percurso se justifica pela ausência de um ego nas redes sociais pelos moradores, exceto no WhatsApp, onde o grupo dos moradores é privado[5].

A partir do momento em que as ações são registradas online, emergem dinâmicas e informações do que é relevante, no contexto quem foi postada, para a manutenção da vida dos moradores do empreendimento (conforme na figura 4). Dados que se complementam com a exploração e as visitas in loco, realizadas por meio de entrevistas, observação e enquetes. Logo, a análise dos resultados está alinhada à coleta de dados da netnografia, em seguida às atividades de campo, e o extrato desses resultados se relaciona aos processos e ao contexto em que o bairro está inserido.

Assim, foi possível estabelecer uma relação das temáticas registradas que envolvem o cotidiano do bairro, com base nas principais pautas discutidas pelos moradores (figura 4). Essas pautas foram classificadas nas seguintes categorias: a) Denúncia: reivindicações e denúncias relacionadas ao empreendimento, relacionadas a inseguranças, ausências e ineficiências de acessos; b) Informações: post's de compartilhamento de informações, como apoio ou divulgação; como por exemplo, aviso de fortes chuvas ou divulgação de uma campanha de vacinação promovida pela prefeitura; c) Comércio: relacionados às divulgações de comércio e serviços no bairro, bem como a anúncios informais de vendas, mais especificamente, à itens do dia a dia; d) Ajuda: relacionado post's com conteúdo de solidariedade e pedidos de apoio; e) Emprego: post's exclusivamente relacionados a ofertas e busca por empregos; f)Imobiliário: especificamente relacionado à anúncios de imóveis no bairro Seminário, onde concentra-se os empreendimentos do PMCMV faixa 1. Assim, tais

[5] Durante a exploração em campo, por meio de entrevistas presenciais com os moradores, foi revelada a existência de um grupo privado no WhatsApp. No entanto, a fase exploratória online da metodologia priorizou os dados públicos disponibilizados e promovidos pelos próprios moradores nas plataformas digitais. Embora as entrevistas tenham destacado a importância das redes sociais para a articulação entre os moradores. Vale ressaltar que, é crucial considerar a ética de pesquisa no que diz respeito à privacidade e à exposição dos sujeitos, exigindo do pesquisador um cuidado redobrado.

publicações, e suas interações, formam uma rede de relações e interações entre si, ou seja, entre grupos, posts e moradores (figura 5):

Figura 4 - Gráfico temático da amostra de posts envolvendo o Expoente

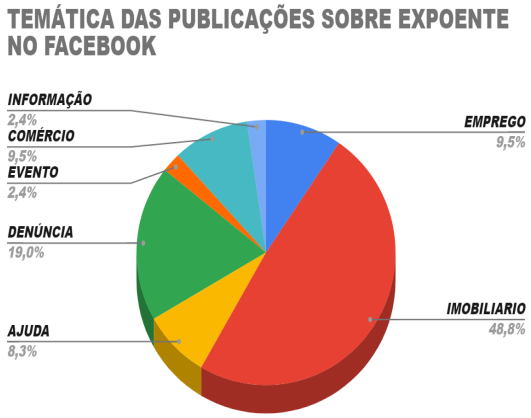


Figura 5 - Mapa de redes sociais online com base na amostra coletada em 2023

Fonte: Dados coletados através da plataforma do Facebook. 2023.

Mais especificamente, ao analisar os registros na plataforma expressos na figura 4, é notado uma tendência assertiva sobre os conteúdos das publicações promovidas pelos moradores. Por exemplo, os post's marcados por denúncias e ajuda, vão em direção à uma carência de infraestrutura, apoio do poder público e acessibilidade. Tal situação, ocasiona que, mesmo na ausência de um grupo exclusivamente do bairro[6] – o qual sofre forte estigma territorial, e talvez seja um reforço para não tê-lo – os moradores registram tais conteúdos por meio de grupos diversos feitos por moradores de Chapecó, mesmo que de diferentes naturezas temáticas, como de "compra e vendas" ou "anúncios de empregos", destacados em tons de azul na figura 5. Os conteúdos vão desde pedidos de ajuda, doações, à relatos de falta de infraestrutura no bairro, como falta de água. O fato de extravasar grupos com outros tipos de conteúdos diários, reforça a importância da necessidade de denúncia e visibilidade.

Outro ponto a ser destacado é que, especialmente no período anterior a 2020, predominavam publicações relacionadas a denúncias e ilegalidades, muitas delas provenientes

[6] Os moradores do Expoente, como comumente, não possuem um grupo exclusivo do bairro no Facebook, ou seja, não possuem um ego ao qual constituem suas relações e interações cotidianas; apenas no Whatsapp no caso, uma rede de apoio e de ações solidárias.

de páginas de notícias da cidade de Chapecó. Isso indica que uma parcela significativa das publicações sobre o bairro era marcada por um ponto de vista externo, o que pode reforçar a marginalização do bairro periférico e sua condição de precariedade, visto que nem todas as postagens eram feitas por moradores. Após esse período, os perfis das publicações mudaram, com um aumento nas postagens positivas sobre o bairro, incluindo conteúdos religiosos e ofertas de emprego. Isso evidencia uma maior adesão e, consequentemente, um maior acesso dos moradores à plataforma e à internet. Tal fato é acentuado por interações que configuram quase que uma mobilização em defesa do bairro, com os moradores se manifestando contra comentários estigmatizantes acerca das condições de vida e da insegurança.

Essas temáticas predominantes nos posts mais recentes coincidem com o contexto da instalação de um CRAS em um bairro próximo (Seminário), a inauguração de um centro comunitário e a chegada da Igreja Evangélica ao território, em meados de 2020, conforme registrado nas próprias páginas. Além disso, a atuação de ONGs e redes de solidariedade que divulgam informações no Facebook, mas também estão presentes no WhatsApp, é destacada, como relata uma moradora em entrevista presencial:

> “os grupos de Whatsapp funcionam mais para comunidade, pra marcar algo, pra estar fazendo algumas atividades no barracão, e quando precisa alguma coisa realizam doações, de alimentos… Coisas assim, e tem esse grupo onde acabam comunicando a gente.”

Embora não esteja presente na coleta de dados da Netnografia, por ser privado, fica evidente, por meio das entrevistas, que o WhatsApp é uma ferramenta importante para os moradores, que a utilizam para contornar as inacessibilidades cotidianas, formando assim uma rede de apoio significativa (Faria, 2019). O Facebook também desempenha um papel nesse sentido, embora de maneira menos direta e mais tímida em relação às articulações, devido à ausência de um grupo específico. Na plataforma, observa-se um percentual de postagens relacionadas a Ajuda (8,3%), Eventos (2,4%) e Comércio (9,5%), que são iniciativas provenientes dos próprios moradores, seja para empreendimentos informais em busca de renda ou para a divulgação de campanhas solidárias. A Figura 5 evidencia as interações entre os moradores, mesmo que provenientes de diferentes origens e grupos. Os nós azuis destacam grupos, enquanto os vermelhos representam perfis e páginas, demonstrando que, quando se

trata de ações em grupo, mesmo que não sejam exclusivamente dos moradores do bairro, há um maior engajamento e repercussão, ou seja, há também uma visibilidade às reivindicações.

5. O NEOLIBERALISMO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, E A FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL

Seguindo Legroux (2021) a conceitualização da noção de fragmentação nasce da procura de uma ferramenta descritiva e analítica para explicar as mudanças e as reestruturações em curso no urbano a partir da década de 1970. A partir dos anos 90, há debate que ganha mais densidade, passando a ser não somente sobre fragmentação, mas sobre fragmentação socioespacial, com mais intensidade no Brasil, através dos estudos das metrópoles, onde torna-se mais evidente uma tendência fragmentária, do que os modelos que vinham em evidência, como centro-periferia e cidade-polarizada ou dual. Sendo a literatura que discute a ideia predominantemente latino-americana.

Ou seja, a fragmentação socioespacial comparece por meio das políticas habitacionais, enquanto efeito da incorporação de interesses de mercado imobiliário, capitalista, às camadas de planejamento e ao Estado, em detrimento aos citadinos de baixa renda.

> "Ao nível do Estado e do planejamento, a lógica neoliberal aprofunda, por um lado, uma "segregação imposta", de cunho institucional (políticas de Estado onde os atores privados desempenham um papel importante) e implica um reforço da lógica de afastamento espacial e social e/ou de confinamento das classes mais populares. Por exemplo, a própria estrutura e lógica privada do programa Minha Casa Minha Vida, têm levado, de forma geral, à construção de conjuntos habitacionais em periferias carentes de infraestruturas e serviços públicos" (Mendonça e Costa, 2011). (Legroux, 2021, p. 241)

De grande importância, o PMCMV, de certa forma, fomentou a diminuição do déficit habitacional, implantando os conjuntos Faixa 1, para atender sobretudo aqueles que moravam em condições irregulares e de risco (Calixto, 2022; Brito, Catalão, 2021). Todavia, tal se encontra em área descontínua e desprovida de bens e serviços, com baixa acessibilidade, representando dessa forma, também uma contradição. Como relatado por uma moradora em entrevista, ao dizer os empecilhos cotidianos dessas ausências:

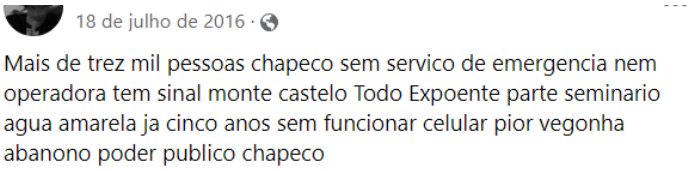
> "Tem (ausências de infraestrutura), a gente diz que precisa ter alguma pessoa que cuide do bairro também, na limpeza, pois precisa chamar a prefeitura pra pegar os entulhos, gerados pela falta de boca de lobo. Precisa dessas coisas, nosso bairro… sabe, é… ta bem jogadão. É importante. Segurança, nós precisamos de muita segurança aqui no bairro, porque ontem, eles deram tiro mesmo ali pra baixo, lá naquelas casas (apontando pro quarteirão de baixo). Então a gente precisa de mais segurança."

O que coincide com a amostra coletada no Facebook, onde 19% das publicações são em caráter de denúncia, sejam elas em relação ao abandono do poder público local, diante da falta de infraestrutura e baixa acessibilidade, quanto a falta de segurança e problemáticas sociais ocasionadas a partir desse contexto, ao qual, o bairro passa a ser visto como um território estigmatizado pela problemáticas.

Figura 6 - Protesto promovido por moradores dos empreendimentos PMCMV. 2014

Fonte: Foto extraída do Facebook: Moradores do Exponte e Monte Castelo ateiam fogo em pneus em protesto à falta de água nos conjuntos habitacionais. 2014.

Diante de tal contradição, as lógicas neoliberais provocam um enfraquecimento da ideia e presença do Estado, e uma incorporação do mesmo nas suas estratégias de privatização e de mercantilização do espaço urbano**.**



Fonte: Relato de moradores no Facebook. 2016.

Assim, diante das impossibilidades e baixo acesso, promovidos pelo Estado, e que coincide com avanço das racionalidades neoliberais de mercado, o direito à cidade, para com os moradores, evidentemente, não é alcançado, tendo suas ações e relações dificultadas, e o modo de vida de mercado, reforçado, sob tais aspectos, caminhando em direção a um avanço do processo de Fragmentação Socioespacial. Como ressalta Catalão (2019, p. 205), para que "seja possível analisar a produção do espaço urbano por meio da segregação e, mais além, da fragmentação socioespacial, oriundos estes dois processos da intensificação das desigualdades, é preciso entender que os laços de sociabilidade são cada vez mais afrouxados ao passo que os grupos sociais buscam, sempre que possível, deixar de conviver quotidianamente", configuradas por tais dinâmicas, ditadas por agentes econômicos e produtores do espaço urbano fragmentado.

Para assim, chegarmos ao maior destaque entre as temáticas coletadas, que é a venda e aluguel de imóveis, que representam na coleta 48,8% das ações, maior parte, publicações recentes, que anunciam acordos de maneira informal, através da plataforma. Motivados pela ausência de infraestrutura, e baixa acessibilidades – e quase que inviabilização da manutenção da vida cotidiana. Diante desses resultados, e da exploração em campo, há indícios de que a falta de infraestrutura afeta determinantemente os moradores, num vácuo ocupado posteriormente a incorporação da lógica neoliberal se desenvolve, ainda que não definitivamente – já que são anúncios recentes, podendo tratar-se de um processo em curso.

O que se aproxima ao processo de neoliberalização, tratado por Brenner (2018, p. 171), ao qual:

> …envolvem estratégias regulatórias que frequentemente minam as próprias condições socioinstitucionais e político-econômicas necessárias para sua implementação [...] é crucial notar que a falha endêmica das políticas na verdade tende a estimular outras séries de reformas dentro de parâmetros políticos e institucionais amplamente neoliberalizados: desencadeia a reinvenção contínua dos repertórios de políticas neoliberais, ao invés de seu abandono.

Nesse sentido há, de certa forma, uma tendência a negação do público – embora não totalmente – e descrença em relação ao exercício cidadão para com o Estado, e, que se reproduz na forma de produção do espaço urbano, cada vez mais, seguindo uma lógica de segregação e diferenciação socioespacial, que não somente evitam o fluxo e as interações entre áreas comuns por diferentes grupos sociais, como também os incorpora, em uma tendência fragmentária, evidenciando uma heterogeneidade dos território periféricos, e consigo também, os estigmas gerados pelas condições de diferenciação socioespacial.

Diante disso, ao passo que a ação combinada dos agentes públicos e privados que culminam na produção do espaço revela intencionalidades e favorecimentos de segmentos. Assim como pontua Legroux (2021), as políticas habitacionais, assim como as de infraestrutura e serviços urbanos, passam a ser imersas na lógica mercantil e privada, desde que o Estado quem “falha”, e o mercado quem atua, redefinindo a relação entre o público e o privado. Se por um lado, se destacam as denúncias e a revenda dos imóveis, diante da ausência do poder público, e as baixas condições estendidas ao bairro que afetando o direito à cidade, onde beneficiário recorre a outras estratégias para manutenção da vida cotidiana, bem como também se articulam para constituição de redes de apoio que permitem suprir as dificuldades estruturais, por outro lado, observa-se um aumento na adoção da ideia de "evitamento" por parte das classes médias, conforme destacado pelo autor:

> “No que diz respeito à autossegregação, existe uma relação evidente entre as condições (sejam elas objetivas ou simbólicas) de pobreza urbana, de violência (e/ou insegurança) e o relativo “abandono” do Estado. Neste sentido, a constituição de uma nova “representação social do Estado [...] “incapaz de exercer o monopólio da violência”, justifica as estratégias de auto isolamento das classes médias e altas, em “espaços residenciais fechados”.

Ao analisar os desdobramentos sobre as práticas espaciais e a vida cotidiana nos empreendimentos do PMCMV em cidades médias, como destaca Carvalho (2019), percebe-se que os moradores beneficiários da casa própria, em determinados momentos, ficam sem onde reivindicar irregularidades estruturais, uma vez que o poder público transferiu essa responsabilidade para uma empresa localizada em outra região. Tal tendência de plataformização, ou talvez digitalização, é possibilitada pela flexibilização promovida pelos avanços políticos neoliberais, e afeta diretamente os mais desfavorecidos.

6. CONCLUSÃO

Embora ainda se trate de processos e tendências em "desenvolvimento", sobretudo com os adventos tecnológicos que influenciam e impactam as relações cotidianas, no contexto de análise empenhada neste texto, o esforço de se analisar uma tendência do processo da lógica fragmentária diante da reestruturação urbana e da cidade, em curso causado pelas lógicas socioespaciais, presentes no caso do empreendimento Loteamento e Condomínio do Expoente. O que, por outro lado, através das redes sociais online e presenciais, culmina em diferentes ações por parte dos moradores, sejam a articulação de redes de apoio e estratégias para driblar a baixa acessibilidade, ou também, pelo anúncio informal do imóvel, ou através da organização de novas relações de poder dentro do bairro.

Nos espaços encontrados através do online, e das interações iniciadas em rede, os moradores têm como possibilidade a articulação de (re)composição as esferas de atividades básicas cotidianas, relacionadas ao ócio, lazer, troca de informações, desde saúde até segurança, denúncias e manifestações políticas dos sujeitos, oferta, busca e divulgação de trabalho, atuando coletivamente, mesmo que diante de tanta adversidade, até mesmo dentro da plataforma – não havendo um grupo, seja por falta de acesso infraestrutural, à internet, ou pela falta de adesão geral na rede, desde que, demograficamente, o bairro não é muito grande.

Nesse sentido, cabe ainda entendermos bem este processo que fragmenta, mas também tem o potencial de desenrolar contraditório. Efeito disso, é a responsabilização individual dos moradores. Esse fato reforça a descrença ou o descrédito em relação ao ente público, resultando na entrega ao mercado e na individualização, o que, por sua vez, pode ser um acentuador da fragmentação socioespacial. Mas que, por sua vez, buscam soluções coletivas ou individuais através das plataformas online, como o Facebook e Whatsapp, para organizar soluções ou redes de apoio. Indo além, podemos pensar, como pontua Catalão (2019), na necessidade de um escalonamento de um "(contra)desenvolvimento" na urbanização recente, cujo se transfigura na reconstrução do direito à cidade como algo coletivo e emancipatório… algo próximo à ideia de cidadania de Houlston (2013), mas que parece passar por diferentes vias, sendo uma delas, online.

7. REFERÊNCIAS

BARCELLA, B.; MELAZZO, E.. Expansão urbana e dinâmica imobiliária: comparando as estratégias fundiárias dos agentes imobiliários em cidades médias. **Sociedade & Natureza (online)**. 2020.

BERNARDES, A. COMO PESQUISAR AS REDES SOCIAIS VIRTUAIS EM GEOGRAFIA?. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, v.18 n. 2, Rio Claro, SP, 2021.

BRENNER, Neil. **Espaços da urbanização**: o urbano a partir da teoria crítica. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2018.

BRITO, N. D. S. S.; SPINELLI, J.; CATALÃO, I. **Explorações urbanas sobre o Programa Minha Casa Minha Vida em Chapecó-SC.** In: CALIXTO, M. J. M. S; REDÓN, S. M. (Org.).(2021) O Programa Minha Casa Minha Vida e seus desdobramentos socioespaciais: os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras. Porto Alegre: TotalBooks, 2021, p. 111-146.

CANCELIER, J. W.; CHASQUI, J. W. B.; ZANON, J. S.; MENEZES, L. J. M. A expansão urbana de Chapecó - SC e os papéis dos agentes sociais territoriais. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 19, n.2, p. 717-734, 2015.

CALDEIRA, Tereza P. R. **Cidades de muros: crimes, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CARVALHO, V.. **Porque aqui é a minha casa!:velhas práticas e novas possibilidades em conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida**. 261 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT-UNESP, Presidente Prudente. 2019.

CATALÃO, I.; MAGRINI, M.A.; LINDO, P. 2019. URBANIZAÇÃO, (CONTRA)DESENVOLVIMENTO E DIREITO À CIDADE. **Boletim de Geografia**. 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

EDERSON; VILLELA, Ana Laura Vianna (org.). **Chapecó em foco**: textos e contextos sobre o espaço urbano-regional. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

FARIA, G. J. A. de. **“Uma mais uma é sempre mais que duas”**: configurações e dinâmicas das redes sociais das domésticas migrantes. 292 f. 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2019.

GOES, Eda. Propostas metodológicas para o estudo das tendências da fragmentação socioespacial em cidades brasileiras. **ENANPUR**. 2023.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KOVARICK, L. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1979. pp. 29 a 54.

KOZINETS, Robert. V.. **Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online.** Penso. Porto Alegre, 2014.

LEFEBVRE, H.. **O direito à cidade.** 4. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

LEGROUX, J.. A LÓGICA URBANA FRAGMENTÁRIA: DELIMITAR O CONCEITO DE FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 22, n. 81, p. 235–248, 2021. DOI: 10.14393/RCG228155499. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/55499. Acesso em: 15 jan. 2024.

MELAZZO, Everaldo Santos. O programa Minha Casa Minha Vida no Estado do Rio Grande do Norte. Cinco conclusões possíveis e cinco questões para a continuidade da investigação. **Revista Formação** (Presidente Prudente) , v. 1, p. 92-111, 2016.

MORCUENDE, A. Por trás das origens da fragmentação socioespacial. **Mercator**, Fortaleza, v. 20, p. 1-11, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.4215/rm2021.e20022.

MORCUENDE, A., LEGROUX, J. La fragmentación socioespacial a través de la vida cotidiana: análisis de las prácticas espaciales de habitantes de Marabá-PA. **Cidades**, v. 15, nº. 24, 2023.

SISTEMA DE HABITAÇÃO (SISHAB). **Ministério do Desenvolvimento Regional. Consulta de empreendimentos.** Disponível em: http://sishab.mdr.gov.br/empreendimentos/filtro. Acesso em: 03 jan. 2024.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão & GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação social.** 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SPOSITO, M E.. Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: Escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos. **ENANPUR**. 2023.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana

Maria. (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial.** São Paulo: Contexto, 2013, p. 61-93.

VALENTINI, Daiane Regina; FACCO, Janete; CONDE, Queila Rissi. Habitação de interesse social e a integração urbana no município de Chapecó. In: NASCIMENTO, E.; VILLELA, A. (Orgs.). **Chapecó em foco**: textos e contextos sobre o espaço urbano-regional. São Carlos: Pedro & João, 2017. 597 p.